

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	ESTÁGIO III								
<b>DOCENTE</b>	FLAVIA BAHIA MARTINS (Estágio de docência) e ANDRÉ MENDES (Supervisão)								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIREST003	<b>SEMESTRE</b>	2022,1	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	45h

<b>EMENTA</b>	Remédios Constitucionais: Habeas Data, Mandado de Injunção, Habeas Corpus, Ação Popular, Mandado de Segurança. Reclamação Constitucional.									
<b>OBJETIVOS</b>	Desenvolver habilidades de prática jurídica em advocacia constitucional.									
<b>METODOLOGIA</b>	Método socrático com disponibilização de slides.									
<b>HABILIDADES</b>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.									
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.									
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.									
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.									
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.									
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.									
	Exigência MEC	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.								
	CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.								
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.								
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.									
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.									
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.									
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.									
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.										
X	Apreender aspectos técnico-jurídicos da prática jurídico-empresarial. Desenvolver habilidades de elaboração de peças jurídicas. Abordar aspectos de estratégia processual em advocacia empresarial. Simular atividades relativas à prova prático-profissional do Exame de Ordem (OAB).									
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>										
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>									
1	Direito Constitucional									
2	Direito Constitucional									
3	Direito Constitucional									
4	Direito Constitucional									
5	Direito Constitucional									
6	Direito Constitucional									
7	Direito Constitucional									
8	Simulado OAB									
9	Direito Constitucional									
10	Direito Constitucional									
11	Direito Constitucional									
12	Direito Constitucional									
13	Direito Constitucional									
14	Direito Constitucional									
15	Simulado OAB									
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Entrega das peças processuais e do desempenho nos Simulados da OAB, obedecendo à seguinte fórmula: 6,0 pontos (1,5 ponto por peça processual) + 4,0 pontos (2,0 pontos por Simulado) = 10,0 pontos (somatório é a nota final do aluno)									
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	DIDIER JR, Fredie. Ações Constitucionais. Salvador: Podivum, 2008. MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança. 31ªed. São Paulo: Malheiros, 2008.									

<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	SILVA NETO, Manoel Jorge. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007.
--------------------------------------	---